

**ANEXO 03 – Notícia do Jornal Correio do Minho de 06-09-1985**

FONTE	DATA	CLASSIFICAÇÃO
CORREIO DO MINHO	6/9/85	GERAL-CULTURA

## **MAIS UM ATENTADO NO CONVENTO DE TIBÃES VENDIDAS PEDRAS DO REFEITÓRIO SEM AUTORIZAÇÃO DE UM DONO**

• **Ministro da Cultura (na foto) tem condições  
para expropriação imediata — diz a ASPA**

Uma parte das pedras que constituem o piso do antigo refeitório do Convento de Tibães foi recentemente vendida a uma entidade particular, num acto considerado lesa-património já que se trata de um imóvel classificado.

A venda, que no fundo é fruto de uma situação indefinida quanto ao futuro daquele conjunto monumental, nem sequer foi feita com a autorização de, pelo menos, um dos proprietários, Amadeu Ferreira Fernandes, conforme o próprio nos confirmou, e qual entende também que as pedras do antigo refeitório devem ser salvaguardadas, assim como toda a estrutura do convento.

Como se depreende, desta situação apenas são responsáveis alguns dos proprietários e, de alguma maneira, o próprio Estado que há muito já devia ter tomado as medidas cautelares sobre o caso.

Amadeu Ferreira Fernandes, que discorda de actos como este, tem vindo a desenvolver diligências junto do Instituto do Património Cultural (IPPC) por considerar que a gravidade da situação, principalmente devido à progressiva degradação do imóvel, exige uma actuação rápida para que se recupere e salve o convento de Tibães. «Andem o mais depressa possível com o dossier do Convento e tomem uma resolução adequada» — este o apelo que faz ao IPPC.

### **RECEIOS DE OUTRAS VENDAS**

Aquele proprietário receia que se repitam outros casos de venda por parte dos seus familiares, também donos do convento, que superintendem na sua manutenção e bem assim na quinta anexa.

A ASPA — a associação bracarense voltada para a defesa do património que muita atenção tem dedicado ao problema — obteve, inclusivamente a informação de que alguém, de entre os proprietários, se preparava para vender as pedras dos escadórios da cerca do Convento (uma preciosidade de inegável valor), tendo dado já conhecimento do caso ao Ministério da Cultura, conforme nos adiantou um dos seus dirigentes. Amadeu Ferreira Fernandes também nos confirmou ter ouvido falar desse caso, embora nada lhe tenha sido comunicado pelos familiares que eventualmente estariam interessados nessa venda.

### **TECTO DA SALA DOS CAPÍTULOS AMEAÇA RUIR**

O mesmo Amadeu Fernandes disse-nos que

tem feito tudo por tudo para que o IPPC apresse os necessários estudos. Ele próprio tem encontrado oposição de alguns dos familiares, quando por exemplo entende que o Convento dever ser franqueado a todos quantos queiram lá se deslocar para, dentro das suas competências, ajudar à resolução do problema. «Se for lá com alguém do IPPC, como já aconteceu, eles fecham as portas, o que considero não ser esta a melhor atitude, porque o convento tem de ser visto por responsáveis do IPPC ou do Ministério da Cultura».

Ressalvou, no entanto, que o recurso à venda de algumas peças daquele património é, no fundo, fruto da falta de rendimentos a que alguns dos proprietários possam deitar mão, para evitar essa situação, o que não aconteceria se desde há muito o Estado adquirisse a área privada do convento.

O atraso numa solução para o caso continua a suscitar-lhe, aliás, grandes preocupações sobretudo pelas consequências da actual degradação. Referiu-nos a propósito o estado lamentável em que se encontra a Sala dos Capítulos do Con-

### ANEXO 03 – Notícia do Jornal Correio do Minho de 06-09-1985 (continuação)

FONTE	DATA	CLASSIFICAÇÃO
CORREIO DO MINHO	6/9/85	GERAL-CULTURA

  

vento de Tibães e a situação que ameaça uma das melhores fontes ali existentes — a Fonte de S. Bento, outra preciosidade de inegável valor. «No caso da Sala dos Capítulos — disse Amadeu Ferreira Fernandes — não garanto que o seu tecto se aguentará por mais dois anos, tal é o seu estado de degradação». Relativamente à Fonte de S. Bento, e segundo ainda aquele proprietário, nota-se já ali um grau de inclinação bastante acentuado que ameaça a sua estabilidade. «Uns tempos mais, e aquilo vai mesmo abaixo» — sentenciou.

**SOLUÇÃO NA MÃO DO MINISTRO**

Para a Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural, há neste momento condições para uma intervenção imediata do Estado. Com efeito, e conforme nos lembrou um dos seus dirigentes, a Lei 13/85 de 16 de Julho permite ao ministro da Cultura proceder a uma expropriação imediata. O artigo 1.º dessa lei é bem explícito sobre a matéria e daí que seja oportuno citá-lo:

«Quando por responsabilidade do respectivo proprietário, demonstrada por omissão ou acção grave do mesmo, corra o risco de degradação dos bens culturais móveis ou imóveis classificados ou em vias de classificação, o ministro da Cultura pode, ouvindo o respectivo proprietário e os órgãos competentes, promover a expropriação dos bens referidos».

Isto dá, realmente, pano para mangas para que se proceda à expropriação imediata, alterando o que até agora vinha sendo prática — isto é primeiro negociar e depois comprar. Agora pode-se expropriar e posteriormente negociar, conforme notou o mesmo dirigente da ASPA.

**«NÃO PASSEI PROCURAÇÃO A NINGUÉM»**

A venda ao Estado por parte dos herdeiros tem sido até agora um caso «bicudo». Isto porque nem todos os herdeiros (ao todo, são 13 e todos familiares) se põem de acordo quanto às condições dessa venda. Segundo Amadeu Ferreira Fernandes, alguns dos herdeiros concordaram em vender mas a condição de ser reservada uma área nas proximidades do Convento para construção própria. Na opinião daquele proprietário, isso não é viável tanto mais que a área apontada está dentro da zona de protecção do Convento. É, mais ou menos, neste ponto que as coisas estão — ou seja falta de entendimento dos herdeiros. A Câmara, a pedido do Governo, encarregou-se de solicitar aos proprietários qual o seu valor da venda, mas até ao momento, segundo nos disse o seu presidente, ainda não foi dada uma resposta.

Seja como for, Amadeu Ferreira Fernandes entende que 200 mil contos é um valor aceitável. Na sua opinião, os herdeiros devem entender-se e reunir para chegarem a uma solução, por entender que a situação não deve manter-se como até aqui, nomeadamente no que toca à venda de bens que integram o convento, sem a autorização da sua pessoa. Aliás — disse a propósito — «não passei procuração a ninguém a falar por mim perante eventuais vendas».

O mesmo proprietário adiantou-nos estar disposto a desfazer-se da sua parte para evitar aborrecimentos futuros, desejando proceder à sua venda, de preferência à Câmara ou a um organismo governamental ligado à cultura.